



Uma Hierarquia Justa entre os Cidadãos: Sobre a Importância do Serviço

Daniel Bell

Se nos juntamos em grupo para uma refeição, trata-se de uma questão coletiva e naturalmente pedimos a opinião de todos e decidimos pelo voto da maioria... Se entendemos o sentido da vida como a satisfação dos desejos dos seres humanos e encaramos o objetivo da política como a satisfação dos desejos de todos, devemos decidir através do voto da maioria... Todavia, se encaramos a vida como um processo de aprimoramento moral, ao invés da satisfação de desejos comuns, então isto seria diferente... Significa que devemos respeitar nossos professores e continuamente pedir o conselho das pessoas e naturalmente escolheríamos a liderança de uma minoria [dotada de habilidades e virtudes acima da média] e não decidiríamos pelo voto da maioria.

(Liang Shuming, 1937)

Em comunidades políticas de pequeno porte compostas de cidadãos que se conhecem e confiam uns nos outros, as hierarquias entre estes podem ser justificadas se forem caracterizadas por papéis cambiantes que fraturam relações de poder ossificadas. Na Atenas antiga, por exemplo, alguns milhares de cidadãos (do sexo masculino) alternavam-se nas posições de governados e governantes por intermédio de mecanismos, tais como a rotação regular e a seleção aleatória, designados para equalizar as chances de exercer um cargo no ramo executivo que determinava a agenda da assembleia (*boule*), a deliberação e votação de políticas em reuniões periódicas na mesma (*ekklesia*), as cortes populares (*dikasteria*) com júris selecionados por conjunto, assim como os governos locais (*demes*) que modelavam sua organização e suas deliberações a partir das da cidade e criavam laços fortes de solidariedade entre os cidadãos (Hansen, 1991). Embora todo o sistema estivesse fundado sobre hierarquias moralmente injustificadas (visto que escravos e mulheres faziam grande parte do trabalho socialmente necessário), a relação hierárquica entre

cidadãos era moralmente justificada dado que todo cidadão tinha a oportunidade de governar em algum momento de sua vida e ninguém poderia dominar os demais por períodos de tempo extensos.

Em comunidades políticas de larga escala compostas principalmente por estranhos, todavia, a maioria das pessoas não terá a oportunidade de governar as outras. Na China, por exemplo, é simplesmente inviável que 1,3 bilhão de cidadãos se alternem para governar e serem governados. Qualquer tentativa de implementar um modelo de democracia ateniense seria uma receita para o caos em comunidades políticas imensas desta espécie. Deste modo, hierarquias políticas compostas de governantes que exercem poder sobre grandes grupos de estranhos por longos períodos necessitam de uma justificativa diferente. A alternativa mais influente para comunidades políticas de larga escala tem sido a democracia representativa indireta na forma da votação em eleições livres, justas e periódicas. Embora a maioria dos cidadãos não tenha a chance de governar nestas grandes comunidades, eles ao menos terão a oportunidade de selecionar e recusar os seus governantes de tempos em tempos. Estudos das ciências sociais que extraem conclusões pessimistas sobre a racionalidade dos eleitores (Caplan, 2007; Brennan, 2011; 2017; Aden; Bartels, 2016),¹ assim como a eleição de líderes demagogos com inclinações autoritárias nos moldes do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, do presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan e do Primeiro Ministro Húngaro, Victor Orban, lançaram dúvidas sobre a legitimidade moral e a viabilidade de longo prazo da democracia eleitoral ‘realmente existente’. Teóricos políticos como Yves Sintomer e Wang Shaoguang têm escrito trabalhos persuasivos argumentando que interpretações modernizadas da seleção aleatória podem (se comparadas com as eleições) melhor realizar os valores democráticos em comunidades políticas tanto de pequena quanto de larga escala (Sintomer, 2018, pp. 337-57; Wang S., 2018). Mas deixemos de lado estes debates. Gostaríamos de focar a discussão na possibilidade de justificar as hierarquias entre governantes e cidadãos em comunidades políticas amplas (como a China) que não empregam eleições periódicas para selecionar seus governantes.

1. Justificando o Regime Político Hierárquico no Contexto Chinês

A justificativa mais óbvia para a hierarquia em comunidades extensas é a eficiência. De acordo com o historiador Niall Ferguson,

O incentivo crucial que favoreceu a ordem hierárquica foi que ela tornou mais eficiente o exercício do poder: o controle centralizado nas mãos do ‘chefe’ eliminou, ou ao menos reduziu, discussões sobre o que fazer que consumiam tempo e que a qualquer momento podiam resultar em conflitos mutuamente destrutivos (Ferguson, 2017, p.21).

1 O primeiro capítulo do livro de Daniel Bell (2015) coloca a questão sobre se a teoria e a prática da meritocracia política podem ajudar a remediar quatro falhas principais da democracia eleitoral.

Além disso, quanto maior a comunidade política, mais as considerações sobre a eficiência favorecem um regime hierárquico, centralizado nas mãos de alguns poucos: “A lição principal da teoria política clássica era que o poder deveria ser estruturado hierarquicamente e que ele naturalmente se concentrava mais em poucas mãos quanto maior se tornasse a unidade política” (ibid., p. 62). Certamente, a história política chinesa corrobora esta percepção. A China pré-imperial era caracterizada pela competição militar feroz entre pequenos estados combatentes. A partir do final do século V A.E.C., contudo,

[...] um sinergismo das necessidades da guerra, do poder do Estado e da ideologia legalista [uma filosofia que justifica a mão pesada do poder estatal e as duras punições para garantir a ordem social] passou a imperar: o poder de guerra feroz crescentemente favoreceu aqueles estados que eram mais instrumentais na organização e na ação; a guerra de decretos imposta pelos legalistas ampliou a capacidade estatal de canalizar o poder aristocrático e extrair recursos da população; e os estados que eram mais capazes de agir instrumentalmente por implementarem as regulações legalistas de modo mais minucioso possuíam maiores chances de triunfar na competição militar (Dingxin, 2015, p. 13).

O Estado Qin provou ser o mais eficiente em centralizar o poder e promover uma meritocracia militar impiedosamente eficiente (os soldados eram promovidos com base no número de cabeças decapitadas de soldados inimigos) (Pines, 2013) e os Qin obtiveram sucesso em unificar a China sob a regra de um homem de Qin Shihuang, o autoproclamado Primeiro Imperador da dinastia Qin.

Entretanto, precisamos perguntar: qual o sentido de inserir a eficiência na política? Empresas privadas priorizam a eficiência, pois esta é necessária para manter uma vantagem *vis-à-vis* outros competidores em busca de lucro, mas Estados precisam ter uma missão moral e a eficiência só pode ser justificada se auxilia nesta missão. A justificativa central para o Estado – não importa se este é governado por um, alguns ou muitos indivíduos, tal como argumentado por Aristóteles em *Política* III.7 – é a de que as políticas devem beneficiar os governados (ao invés dos governantes). Logo, a busca pela eficiência não pode ser moralmente justificada se conflitar com este objetivo. O império Qin durou apenas quinze anos – a mais curta dentre as principais dinastias da história chinesa – precisamente por ter perdido de vista a missão moral do Estado. Em concordância com o pensamento legalista, o imperador Qin Shihuang objetivava aumentar o poder estatal e fez uso de meios cruelmente eficientes para atingir esta finalidade. Ele desenvolveu a primeira burocracia sofisticada do mundo, unificou a escrita chinesa e construiu um avançado sistema de comunicação e transporte, mas ainda assim passou para a história como um ditador cruel.

A dinastia seguinte – a Han – encontrou a solução normativa que perduraria por quase dois mil anos. Esta dinastia ainda estava disposta a empregar oficiais

impiedosos: o Livro dos Han possuía até mesmo um capítulo especial intitulado “Biografia dos Oficiais Cruéis”². Mas os Han adotaram o pensamento político do Confucionismo – uma filosofia que justifica o uso da política compassiva para beneficiar o povo – como a ideologia governante. Qin Shihuang era famoso por queimar livros e enterrar acadêmicos confucianos. O imperador Wu Di, em contrapartida, adotou a interpretação do pensamento confuciano de Dong Zhongshu (179 A.E.C. – 104 A.E.C.) para educar o povo e treinar oficiais com uma ideologia confuciana unificada. O imperador Wu Di não renunciou ao uso de leis e punições severas no estilo legalista – cinco dos catorze ministros durante os seus cinquenta anos de reinado foram executados – mas ele empregou o Confucionismo para legitimar o seu reinado, estabelecendo a dinâmica para a história política imperial subsequente. Tal como Dingxin Zhao explica,

No Estado Confuciano-Legalista, os imperadores aceitavam o Confucionismo como a ideologia dominante e se sujeitavam ao controle de uma burocracia confuciana, ao passo que os acadêmicos confucianos tanto dentro quanto fora do corpo burocrático apoiavam o regime e o supriam com oficiais meritocraticamente selecionados que administravam o país usando uma amálgama da ética confuciana e das regulações e técnicas legalistas. Esta relação simbiótica entre o poder dominante e os acadêmicos confucianos deu à luz ao que pelos padrões pré-modernos constitui um sistema político poderoso – um sistema tão resiliente e adaptativo que foi capaz de sobreviver a inúmeros desafios, tendo persistido até a Revolução Republicana de 1911 (Dingxin, 2015, p. 14).

O legado legalista é menos evidente, pois o Legalismo em grande parte desapareceu do discurso oficial por quase dois mil anos – não houve legalistas declarados desde a dinastia Han até a invocação desta filosofia feita por Mao Zedong no âmbito da Revolução Cultural. Mas as ideias legalistas foram utilizadas para aprimorar a capacidade estatal e garantir a eficiência administrativa. Qualquer que fosse a retórica oficial, o sistema político geralmente dependia de um padrão legalista para a seleção de oficiais públicos competentes, a saber, para a seleção de oficiais com a habilidade de executar suas tarefas com rigor e eficiência e dispostos a usar da força bruta a fim de resolver problemas para o imperador. Mas os legalistas não se preocupavam com a questão sobre se seu objetivo era em si mesmo justo ou moral. Deste modo, o Confucionismo foi responsável por estabelecer o foco da política – persuadir o imperador a “Governar para Todos” (天下 爲公) [*tianxia-weigong*].³ Os confucianos favoreceram a seleção e promoção de oficiais públicos

2 Esta seção se baseia em (Wang P., 2017, pp. 63-71).

3 N. do T.: optou-se pelo emprego da romanização (*pinyin*) nos trechos em que aparecem expressões em mandarim tanto no corpo do texto, quanto nas notas de rodapé e nas referências bibliográficas a fim de tornar o texto mais acessível para todos os leitores.

capazes de compreender o caminho (道) [*dao*] moral, implementar políticas benevolentes que beneficiassem o povo e proteger os civis de políticas cruéis. O termo chinês para meritocracia política – a seleção e promoção de oficiais públicos com virtudes (no estilo confuciano) e habilidades (no estilo legalista) acima da média (「能政治」 [*xianneng zhengzhi*] – captura bem o ideal de oficial público dotado de habilidade para compreender questões práticas com o objetivo de implementar eficientemente o princípio de “governar para todos”. Entretanto, na realidade, Legalismo e Confucionismo frequentemente apontavam para direções distintas. De uma perspectiva legalista, os confucianos geralmente escolhiam homens exemplares que careciam da habilidade de lidar com a política prática e a administração eficiente. De uma perspectiva confuciana, os legalistas geralmente selecionavam vilões em potencial sem nenhum desejo por justiça ou moralidade. Os legalistas atribuíam às vontades do imperador o papel de última corte de apelação, ao passo que os confucianos confiavam no caminho moral para avaliar o *status quo*, com a responsabilidade de admoestar o imperador que implementasse políticas imorais. Os legalistas rejeitavam cinicamente a possibilidade de moralidade e acusavam os confucianos de serem hipócritas que semeavam o caos político, enquanto estes duvidavam que um sistema político pudesse sobreviver por muito tempo sem uma fundamentação moral. Este tipo de dinâmica entre as duas escolas, como veremos, continua a influenciar a política chinesa ainda hoje.

Quaisquer que fossem suas tensões internas, o que podemos denominar de o ideal “legalista-confuciano” de meritocracia política não apenas fundamentou a política chinesa por mais de dois milênios. Mais surpreendentemente, ele também inspirou reformas políticas na China ao longo das últimas três décadas, mais ou menos. Um tema recorrente na mídia ocidental é o de que houve uma reforma econômica substancial na China, mas nenhuma reforma política. Mas isto, porque a democracia eleitoral aplicada aos cargos do topo da hierarquia é vista como o único modelo para aquilo que conta como reforma política. Se deixarmos de lado este dogma, torna-se óbvio que o sistema político chinês sofreu reformas políticas substanciais ao longo das últimas décadas e a principal diferença é a de que tem havido um esforço sério para (r)estabelecer a meritocracia política⁴. O país foi preparado para a governança realizada a partir do topo por oficiais selecionados meritocraticamente na esteira da experiência desastrosa com o populismo radical e a ditadura arbitrária característicos da Revolução Cultural. Os líderes chineses puderam restabelecer elementos de sua tradição meritocrática, tais como a seleção de líderes baseada na avaliação e a promoção baseada em análises de desempenho nos níveis inferiores do governo – praticamente o mesmo formato (mas não o mesmo conteúdo) do sistema que modelou o sistema político em grande parte da história imperial chinesa – sem muita controvérsia. É desde aquele período, a

4 Cf., p. ex., (Yao, 2010; Zheng, 2010; Pan, 2009).

meritocracia tem inspirado reformas nos níveis superiores do governo, com mais ênfase na educação, nas avaliações e na experiência política nos níveis inferiores da administração pública. Ainda permanece uma grande lacuna entre o ideal e a prática, mas a motivação subjacente para a reforma política continua a ser o ideal da meritocracia política.

De uma perspectiva normativa, este ideal é mais convincente nos níveis superiores de governo em comunidades políticas de larga escala. A razão para tal é a de que é muito mais difícil governar e gerenciar países imensos e incrivelmente diversos como a China, não sendo útil comparar a realidade dela com a de países pequenos, relativamente homogêneos e dotados de recursos naturais abundantes.⁵ Além disso, nos níveis governamentais superiores de países de grande porte, os problemas são complexos e frequentemente impactam sobre vários setores da sociedade, sobre o resto do mundo e também sobre as futuras gerações. Neste tipo de país, o sucesso político é mais provável de ocorrer com líderes que possuam tanto experiência política nos níveis inferiores da administração pública quanto bons registros de desempenho. A democracia eleitoral pode ser apropriada para países de pequeno porte ou nos níveis inferiores de governo de países grandes; mesmo se as coisas saírem erradas – ou seja, populismo em demasia e egocentrismo típico de mentes simplórias ao custo de negligenciar-se o planejamento de longo prazo, a preocupação pelas futuras gerações e pelo resto do mundo – não será o fim de tudo. Mas pode muito bem ser o fim do mundo, se as coisas saírem drasticamente erradas no topo da hierarquia em países grandes e poderosos. As políticas dos líderes no topo de comunidades políticas gigantescas definem as vidas de centenas de milhões de pessoas, incluindo as futuras gerações e o resto do planeta. Consequentemente, o ideal de meritocracia política é mais apropriado para avaliar os patamares mais altos dos sistemas políticos de países de grande porte como a China.

É claro que tal ideal seria um fracasso em comunidades políticas nas quais há uma aversão difundida à ideia de que é importante selecionar e promover funcionários públicos com habilidades e virtudes acima da média. Nestas comunidades, a melhor opção (ou a menos pior) seria procurar aprimorar a qualidade da tomada de decisão dos políticos eleitos, não importando os desafios teóricos e práticos. Na China, todavia, a meritocracia política tem sido consistentemente apoiada por reformadores

5 Francis Fukuyama argumenta que a Dinamarca é o país que mais se aproxima de realizar o ideal da democracia liberal (cf. o seu livro *Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy* (2015)). Mas parece absurdo sugerir que o sistema político de um país rico e relativamente homogêneo de 5,7 milhões de habitantes rodeado de vizinhos pequenos e amigáveis possa ser empregado como referência para avaliar o sucesso político em comunidades políticas de larga escala com centenas de milhões de pessoas (se a Dinamarca fosse comparada com as partes mais ricas de Xangai, as diferenças poderiam não ser tão evidentes).

políticos desde a virada do século XX. Tal como afirmado por Liang Shuming,

[...] se encaramos a vida como um processo de aprimoramento moral, ao invés da satisfação de desejos comuns... naturalmente escolheríamos a liderança de uma minoria [dotada de habilidades e virtudes acima da média] e não decidiríamos pelo voto da maioria (Liang, 2006, p. 124).⁶

Mais recentemente, resultados de pesquisas foram consistentes em demonstrar o apoio difundido ao ideal de meritocracia política (vulgo “discurso de tutela”) (Bell, 2015, p. 147). Este é amplamente compartilhado, muito mais do que o ideal de escolher seus líderes por meio de eleições, sendo o conceito de meritocracia política também vastamente utilizado para avaliar o sistema político. A corrupção tornou-se um problema tão grande na mente popular, ao menos em parte, devido à expectativa de que líderes selecionados meritocraticamente possuam supostamente uma virtude superior. Entretanto, o ideal de meritocracia política pode não ser um referencial adequado para avaliar o progresso político (assim como o regresso) em sociedades onde ele não seja tipicamente usado pelas pessoas para avaliar os seus governantes.⁷

Em suma, este ideal é um referencial apropriado para avaliar o progresso e o regresso políticos nos mais altos níveis do governo chinês, porque ele tem sido central na cultura política chinesa, pois tem inspirado reformas ao longo das últimas décadas, por ser apropriado para comunidades políticas de larga escala e por ser endossado pela ampla maioria da população. Estas razões podem ser particulares ao contexto chinês, mas há também razões mais gerais (universais) para apoiar o ideal de meritocracia política no mundo moderno. Por um lado, com sua ênfase em líderes de alta qualidade dotados de experiência política ampla e diversa e com um bom histórico de responderem e se adaptarem às circunstâncias em mutação, ele pode ser particularmente apropriado para um momento histórico de mudança tecnológica rápida e choques globais imprevisíveis. Pode ter feito sentido para os pais fundadores dos Estados Unidos, no século XVIII, consagrar um sistema constitucional rígido, pois eles estavam bastante seguros de que a sociedade não iria

6 De acordo com Liang, a tradição de respeitar o sábio continuará a ser influente porque o desenvolvimento da ciência e da tecnologia conduzirá a uma nova tradição (inclusive no Ocidente) com todos tomando conselhos dos sábios e a decisão pela minoria sendo aceita de boa vontade pela maioria. Outros intelectuais influentes do começo do século XX também rejeitaram o esquema de “uma pessoa, um voto” para a China moderna: Yang Du, Kang Youwei e Liang Qichao argumentaram que a seleção nacional por intermédio de uma pessoa, um voto, conduziria ao caos político e à divisão territorial encabeçada por Estados poderosos (Wang H., 2017).

7 É difícil imaginar um caso politicamente realista para as sociedades ocidentais, dado o consenso quase universal em favor do esquema de uma pessoa, um voto, para selecionar os líderes, sem mencionar a ascensão dramática de um sentimento antielitista (vulgo “populismo”) nos últimos tempos. Mas nem sempre foi assim: James Hankins argumenta que a meritocracia política é a característica definidora do pensamento político Humanista Italiano (“The Virtue Politics of the Italian Humanists,” monografia não publicada). E para um caso normativo em prol da inserção da meritocracia política nas políticas democráticas, cf. (Ziliotti, 2018).

mudar muito ao longo das décadas seguintes. Era mais importante estabelecer um bom sistema político do que permitir um sistema político em constante evolução que objetiva selecionar e promover diferentes tipos de líderes de alta qualidade apropriados para tempos distintos. Mas na atualidade a única coisa que podemos prever sobre as próximas décadas é que haverá transformações radicais em nosso modo de vida⁸ e que a qualidade dos governantes será ainda mais importante do que a qualidade das instituições políticas (mais precisamente, as instituições políticas deveriam ser projetadas com a finalidade de selecionar e promover líderes de alta qualidade dotados de experiência política ampla e diversa e com um bom histórico de responderem e se adaptarem às circunstâncias em mutação).

Dito isto, o ideal de meritocracia política precisa ser complementado por práticas e valores democráticos. Na China, o ideal da democracia é amplamente empregado tanto nos discursos políticos oficiais quanto nos não oficiais.⁹ Portanto, talvez o argumento mais convincente em prol da meritocracia política seja o de que ela é compatível com a maioria das práticas e valores democráticos, ao contrário, por exemplo, do fascismo e do totalitarismo comunista. A meritocracia política pode e deve ser complementada por práticas típicas da democracia, como a seleção aleatória, os referendos e as eleições, as consultas e a deliberação sobre a ação política, bem como a liberdade de expressão. Isto não equivale a dizer que todos os bens políticos seguem juntos. A meritocracia não é compatível com eleições competitivas no topo da hierarquia, pois a democracia eleitoral para os líderes dos altos escalões poderia arruinar as vantagens de um sistema que almeja selecionar e promover líderes com experiência, habilidade e virtude: um governante eleito desprovido de experiência política (tal como Donald Trump) seria capaz de ascender ao topo e cometer muitos erros de principiante, um líder eleito teria de gastar tempo valioso levantando fundos e dando o mesmo discurso inúmeras vezes ao invés de focar seu pensamento na política, um representante eleito também seria mais constrangido por considerações eleitorais de curto prazo em detrimento do planejamento de longo prazo para o bem da comunidade política e do resto do mundo.

A Transparência é Desejável?

Também pode haver limites à transparência em um sistema político que valoriza a meritocracia política. Na China, o poderoso departamento de organização – tal como um departamento de recursos humanos da maior organização política do mundo – é encarregado de selecionar e promover funcionários públicos dotados de habilidades e virtudes acima da média. Este departamento tem se tornado

8 Por exemplo, o desafio imposto pela Inteligência Artificial (IA).

9 Consultas políticas, todavia, demonstram que a maioria dos chineses interpreta a democracia como “política para o povo” ao invés de “política pelo povo” (Shi, 2015, c. 7). Trabalhamos com a definição de política pelo povo, pois sistemas políticos não democráticos também são capazes de implementar o princípio da política para o povo.

ligeiramente mais transparente nos últimos tempos: os seus critérios de seleção e promoção (e rebaixamento) estão mais transparentes e são aplicadas entrevistas simuladas para dignitários estrangeiros visitando o país que revelam como os candidatos são selecionados no processo de entrevista sem, contudo, fornecer nomes de pessoas reais. No entanto, ainda não temos nenhuma ideia clara sobre o porquê de alguns candidatos receberem promoções ao invés de outros que aparentam ser igualmente bem qualificados. O autor colocou esta questão aos chefes do departamento de organização em Shanxi, em junho de 2017. Shanxi talvez fosse a província mais corrupta da China e o autor fora convidado para uma visita conduzida pelo governo. A razão da visita era, provavelmente, mostrar que o departamento de organização havia sido bem-sucedido em substituir quadros corrompidos por um novo grupo de líderes honestos e esforçados. Aproveitando a oportunidade, perguntou-se a um líder do departamento na província sobre o porquê do processo de seleção não poder ser mais transparente. Se os líderes são tão magnânimos, certamente isto os ajudaria a convencer tanto seus colegas chineses quanto o mundo exterior, demonstrando que o processo de escolha de lideranças é, de fato, rigoroso e meritocrático. O líder do departamento de organização perguntou como os professores selecionavam candidatos na academia. O autor respondeu que o departamento relevante estabelece um comitê cuja intenção é selecionar os melhores candidatos e os membros do comitê deliberam entre eles. O líder perguntou, então, se as deliberações eram abertas ao público. A resposta foi negativa: deliberações abertas iriam constranger os envolvidos a respeito do que poderia ser dito e não seriam justas com os candidatos não selecionados. O líder sorriu e disse “o mesmo vale para nós”. E ele em seguida explicou que o departamento de organização – um dos mais seletivos e prestigiados no sistema político chinês – escolhe seus candidatos em parte de acordo com sua capacidade de guardar segredos. Portanto, enquanto a meritocracia política pode ser compatível com a maioria das práticas e dos valores democráticos, devemos apenas aceitar que a falta de transparência é um custo inevitável para qualquer organização que deseje escolher os melhores candidatos. Isto é verdade não apenas para o Partido Comunista Chinês e para a academia, mas também para o Goldman Sachs e para a Igreja Católica. Isto não equivale a dizer que não possamos ter esperança de mais transparência no sistema político chinês – as palavras e ações dos imperadores eram monitoradas por historiadores oficiais da corte para a posteridade na China imperial e na presente data podemos imaginar, por exemplo, gravações em vídeo das deliberações de líderes do PC da China sendo liberadas daqui a cinquenta anos. Mas a transparência total é tanto irrealista quanto injusta para os ‘perdedores’ no sistema político chinês.¹⁰

Em suma, o ideal hierárquico da meritocracia política consiste em um referencial adequado para avaliar a realidade política nos níveis mais altos do

10 Esta discussão é extraída de (Bell, 2017b).

governo na China por uma combinação de razões contextuais e gerais. O problema prático é como fechar a lacuna entre o ideal e a realidade. De um lado, significa pensar sobre qual seria o melhor modo de maximizar as vantagens do sistema. Mas qualquer defesa da meritocracia política também necessita abordar a questão sobre como minimizar as desvantagens do sistema. Se estas forem tão grandes a ponto de superar as vantagens, então não podemos mais confiar no emprego da meritocracia política a fim de analisar a realidade política na China (ou em qualquer outro lugar). As próximas três seções discutirão problemas associados com qualquer tentativa de implementar a meritocracia política: (1) governantes escolhidos com base em habilidades superiores tendem a abusar de seu poder; (2) hierarquias políticas podem se tornar rígidas e solapar o ideal de oportunidades igualitárias; e (3) a dificuldade em legitimar o sistema para aqueles que estão fora da estrutura de poder¹¹. Dado que a democracia eleitoral no topo não é nem desejável ou plausível na China, perguntaremos se é possível abordar estas questões sem eleições democráticas.

2. É Possível Limitar o Poder Político sem Eleições Competitivas?

No fim das contas, o que justifica a meritocracia política (ou qualquer outro sistema político) é que seus líderes sirvam ao povo. Isso significa, no mínimo, que os governantes deveriam respeitar os direitos humanos básicos das pessoas: proibir a escravidão, o genocídio, o assassinato, a tortura, a detenção arbitrária prolongada e a discriminação racial sistemática, bem como promover a ideia de que todos os cidadãos devem ser iguais perante a lei em casos de crime. Tais valores são compartilhados como princípios na maioria das sociedades modernas, incluindo a China contemporânea. É lógico que os líderes políticos deveriam fazer muito mais do que respeitar os direitos humanos básicos, mas as prioridades políticas irão variar conforme as circunstâncias (p. ex. há uma necessidade mais contundente de colocar ênfase na redução da pobreza a níveis muito baixos do PIB *per capita* e mais necessidade de combater a degradação ambiental a partir do momento em que o país enriquece). Entretanto, o que não irá variar é a demanda por líderes que colocam os interesses da comunidade política acima dos seus e dos de suas famílias. Tais requisitos são mais óbvios no caso dos militares: espera-se que os soldados estejam preparados para morrer, se isto for necessário para proteger a comunidade política. Mas líderes políticos que abusam sistematicamente de seu poder em benefício próprio ou de suas famílias também irão minar o bem-estar da comunidade. Os governantes não precisam se sacrificar totalmente ou ser integralmente virtuosos, mas certo nível de virtude é indispensável: sem nenhum desejo de servir ao público, um líder político pode empregar suas capacidades de forma desastrosa. Sendo assim,

11 Não pretendemos sugerir que estes problemas são únicos das meritocracias políticas – o abuso de poder na forma da corrupção, por exemplo, pode ser igualmente ruim em democracias eleitorais (pensemos na Malásia) – mas eles representam um perigo existencial em um sistema desprovido da válvula de segurança das eleições competitivas. Para discussão, cf. (Bell, 2015, c. 3).

uma meritocracia política deve almejar a escolha e a promoção dos líderes que mais provavelmente irão utilizar seu poder para servir a população.

O problema, é claro, reside no fato de que governantes selecionados meritocraticamente têm poucos constrangimentos ao seu poder. Se os governantes não são escolhidos pelo povo e se este não pode mudar os seus líderes (salvo por meios extremos como rebeliões violentas), o que impede os mandatários de servirem aos seus próprios interesses ao invés dos interesses da comunidade? Não precisamos ser legalistas plenos para nos preocupar com “maçãs podres” na política. E não importa o que pensemos dos argumentos contra a democracia eleitoral, trata-se de um bom meio de controlar o poder daqueles que o detém dado que estes podem ser trocados nos períodos eleitorais. Na China imperial, normas constitucionais informais como censores, historiadores da corte e educadores confucianos serviam como limites ao poder do imperador. Mas os imperadores podiam ignorar, como às vezes de fato ignoravam, tais normas informais, se assim lhes interessasse (Liu, 1998, pp. 59-62). Desde o período reformista a partir do final dos anos 1970, o princípio da liderança coletiva, os limites de mandato e a introdução de uma idade de aposentadoria obrigatória funcionaram como barreiras aos abusos de poder. Contudo, a emenda constitucional abolindo os limites de mandato para a presidência reavivou os temores ligados ao problema do “mau imperador”: como se livrar de um governante que abusa do poder sem restrições e/ou permanece no cargo após ter se tornado física e mentalmente incapaz? Para fazer justiça, a liderança coletiva ainda pode auxiliar na contenção, ou mesmo na retirada, de líderes física e mentalmente incapazes de governar. Como colocado por um proeminente analista político chinês, o presidente chinês pode ser “o primeiro entre iguais”, mas não é “o primeiro acima dos iguais”, como costumava ser na época de Mao Zedong.¹² Mesmo que a liderança coletiva ainda sirva para constranger o líder, contudo, existem sérios riscos de abuso de poder. Neste estágio, marcam presença diferentes possibilidades. O cenário mais pessimista é o de que os anos seguintes sejam caracterizados principalmente pelo aumento da repressão política interna e por aventuras militares moralmente injustificadas no campo internacional. Os cenários mais otimistas estão baseados no pressuposto de que mandatos ligeiramente mais longos são necessários para enfrentar os interesses particulares que bloqueiam as reformas econômicas, políticas e educacionais (Franklin Delano Roosevelt, talvez o mais bem sucedido presidente norte-americano do século XX, também estendeu os limites de mandato para a presidência). Seria tolice fazer previsões, mas uma das razões para o otimismo é que o ímpeto anticorrupção obteve sucesso além das expectativas iniciais e podemos esperar mais reformas duras como esta, no futuro. O problema, no entanto, é que os meios legalistas empregados para reduzir a corrupção – inculcar o medo de punições severas – têm conduzido a consequências negativas que podem ser difíceis de remediar.

12 Discussão informal com Wang Shaoguang [requer permissão].

A principal vantagem do Legalismo se encontra no fato de que instilar o temor de duras punições consiste em um meio eficiente para executar transformações sociais necessárias com celeridade. Em tempos de guerra, poucos generais chegariam longe sem, por exemplo, punições severas para desertores. Em tempos de paz, os meios legalistas também são necessários para realizar mudanças sociais rápidas. Um exemplo claro é a campanha contra dirigir embriagado na China. Dez anos atrás, seria quase rude não servir licor branco flamejante para os clientes em restaurantes chineses.¹³ Os motoristas voltariam então alcoolizados para as suas casas, com consequências previsivelmente desastrosas. Perplexo com os dados que revelavam que ao menos 20% dos acidentes rodoviários graves estavam ligados à ingestão de álcool, o governo chinês decidiu reprimir a condução embriagada. As autoridades montaram, quase que da noite para o dia, pontos frequentes e aleatórios de checagem de sobriedade ao lado das estradas e impuseram penas duras rigorosamente, incluindo tempo de prisão compulsório para infratores primários e uma proibição de condução automática de seis meses. Funcionou: as condutas mudaram e beber e dirigir é agora quase que universalmente reprovado. As taxas de morte causadas por motoristas alcoolizados despencaram em escala nacional (Wang Q.; ZhanG, 2014) e as checagens aleatórias, agora poucas e espaçadas, tornaram-se quase supérfluas.¹⁴

O Problema da Corrupção

Meios legalistas semelhantes foram empregados para lidar com a corrupção.¹⁵ Antes que o Presidente Xi assumisse o poder em 2012, pagar subornos e cobrir os quadros estatais com refeições suntuosas e presentes era visto como parte da vida pública comum. Era difícil ter acesso a boas escolas e hospitais sem molhar as mãos de autoridades que supostamente estavam lá para salvaguardar o interesse público. A promoção a postos de mais alto nível geralmente envolvia pagamento de subornos aos superiores. Entretanto, a corrupção atingiu um patamar crítico, inflamando atitudes públicas ao ponto de colocar em risco a legitimidade do sistema político (Gong; Wu, 2012, pp. 204-20). Em resposta, o governo lançou aquilo que veio a se tornar a mais longa e sistemática campanha anticorrupção da história do Partido Comunista. As inúmeras e amplamente ineficientes agências de

13 Esta discussão se vale de (Bell, 2017a).

14 Este exemplo sugere que a expressão chinesa “先「后兵” [*xianli-houbing*] (literalmente, primeiro o rito, então a força militar [no original o autor comete o equívoco de inverter a ordem da expressão ao traduzi-la para o inglês, aqui ela está na ordem correta], significando algo como, primeiro o poder brando ao estilo confuciano, depois o poder rígido ao estilo legalista) pode ter compreendido as coisas ao contrário. Mas o medo da punição severa a curto prazo somente ajuda a transformar a moralidade interior a longo prazo se o temor inicial da punição expressar um valor social comumente aceito (as pessoas sabiam que beber e dirigir era reprovável, mas apenas passaram a prestar atenção a este valor a partir do momento em que ele foi apoiado em punições severas às violações).

15 O governo não reconhece abertamente o uso de meios legalistas, mas funcionários públicos são mais francos em conversas particulares.

combate à corrupção foram centralizadas em uma: a Comissão Central de Inspeção Disciplinar, presidida por Wang Qishan e, desde 2018, a Comissão Nacional de Supervisão, presidida por Yang Xiaodu. A partir de 2018, mais de um milhão de oficiais foram ligados a casos de corrupção, incluindo uma dúzia de oficiais militares de alta patente, vários executivos de alto escalão de companhias estatais e cinco líderes nacionais (BBC, 2018). Observadores cínicos afirmam que tudo isso não passa de uma forma de perseguição a inimigos políticos, mas o que distingue o ímpeto anticorrupção de outros que lhe antecederam é que ele também *cria* muitos inimigos políticos, o que parece irracional do ponto de vista da autopreservação política.¹⁶ Qualquer que tenha sido a motivação, o efeito é claro: tal ímpeto tem obtido sucesso. Qualquer pessoa que já tenha lidado com funcionários públicos pode notar as mudanças: as práticas corruptas agora são quase que universalmente reprováveis, semelhante ao caso da direção alcoolizada. As vantagens são óbvias: os lucros das companhias subiram porque não há mais qualquer necessidade de pagamentos extras a funcionários públicos corruptos (Sender, 2017). Os cidadãos comuns percebem o sistema como menos injusto, porque agora é possível acessar serviços públicos sem ter que pagar subornos ou oferecer presentes aos burocratas.

O problema é que o ímpeto anticorrupção funcionou bem demais. Não se trata apenas de funcionários do governo pensarem duas vezes antes de se envolverem em atividades ilícitas, trata-se de eles pensarem quase o tempo todo sobre o que pode dar errado, ao ponto da tomada de decisão ter sido quase que inteiramente paralisada. Poucos são os que estão dispostos a correr riscos ou considerar soluções inovadoras como necessárias para resolver problemas novos e inesperados. Os procedimentos para o emprego do dinheiro público tornaram-se desconcertantemente complexos e é mais seguro não gastar dinheiro algum. Seria tal como se as pessoas parassem de dirigir seus carros em resposta às vistorias aleatórias contra motoristas embriagados posicionadas em cada quarteirão. É positivo que maus funcionários públicos descubram ser mais difícil abusar das verbas públicas, mas é negativo que bons funcionários não possam usar os fundos necessários para servir a comunidade. Estes custos são imensos e estão crescendo. O sucesso da China ao longo das últimas três décadas é parcialmente explicado pelo fato de que os funcionários do governo eram encorajados a experimentar e inovar, ajudando assim a impulsionar as reformas chinesas (Heilmann, 2008). Mas o conservadorismo, como encontrado na atualidade, implica que burocratas inovadores não serão promovidos e que os problemas não serão resolvidos. Paralisar funcionários talentosos e orientados pelo senso do dever público pode se mostrar fatal a longo prazo.

16 Partindo de um argumento empiricamente informado a campanha trata-se realmente de uma tentativa de erradicar problemas de corrupção sistêmica, cf. (Xi; Lorentzen, 2016).

O segundo problema relacionado ao esforço anticorrupção também se origina do fato de que este tem sido eficiente em demasia.¹⁷ Para cada burocrata de alto escalão derrubado pela campanha, pode haver dúzias de aliados e subordinados que perdem perspectivas de mobilidade em uma corrida ultracompetitiva e que se arrasta por décadas em direção ao ápice do poder político. Esses inimigos reais tornam os líderes ainda mais paranoicos do que o costumeiro e conduzem o governo a intensificar a censura e a coibir direitos civis e políticos de modo ainda mais agressivo. Dessa forma, não são apenas os proscritos políticos que se sentem afastados do sistema, mas também intelectuais e artistas que se opõem a serem coibidos, bem como empresários que se preocupam com a estabilidade política e fogem para o exterior com os seus ativos. Com uma insatisfação ainda maior entre as elites, os líderes reprimem dissidências reais e potenciais com maior afinco. Tendo ciência de que seus inimigos esperam apenas por uma oportunidade na qual se agarrarem,¹⁸ os atuais governantes são ainda menos propensos a entregarem o poder (os líderes mais idosos podem não se preocupar tanto com o seu próprio destino, pois em breve irão “visitar Karl Marx”, mas se preocupam com seus filhos e com os membros da família). Trata-se, portanto, de um círculo vicioso de meios legalistas e de repressão política. Ironicamente, o esforço mais eficiente e efetivo para limitar os abusos de poder na história chinesa recente (na forma da campanha anticorrupção) pode também ter levado aqueles que o conduziram a remover a mais importante restrição ao seu próprio poder (na forma de limites de mandato e idade).

O que pode ser feito? Em retrospecto, pode ter sido um erro depender quase que exclusivamente de formas legalistas para combater a corrupção. O Legalismo pode trazer sucesso a curto prazo, mas pode conduzir à desgraça a longo, semelhante ao ocorrido com a dinastia Qin. A história chinesa de fato aponta para outras possibilidades, incluindo anistias para funcionários corruptos. Enquanto a campanha anticorrupção estava sendo implementada, reformadores argumentaram em prol da concessão de uma anistia geral para todos os burocratas corruptos, com sério policiamento das fronteiras entre o público e o privado e recursos fornecidos

17 O que não quer dizer que a campanha tem sido completamente eficiente. Até o dia em que a China se torne tão rica que o país possa arcar com salários tais como os de Singapura para os seus funcionários públicos, um determinado nível de corrupção provavelmente permanecerá como uma característica permanente do panorama político. Na dinastia Tang, a corrupção era vista até mesmo como um traço necessário do pós-vida: os parentes do (a) falecido(a) queimariam papel que poderia se transformar “em matéria etérea que os mortos poderiam usar no além, especialmente para reduzir o seu sofrimento por meio de subornos aos oficiais do outro mundo” (Benn, 2002, p. 271).

18 A “guerra comercial” da administração Trump contra a China apenas exacerbou o sentimento de paranoia, pois seu objetivo (amplamente percebido entre as elites políticas chinesas) não é somente estabelecer um sistema comercial mais justo, mas também refrear o desenvolvimento da China, senão derrubar todo o sistema político chinês.

para terem um novo começo.¹⁹ Para lidar com o problema do *mai guan* [a compra de postos no governo], postos públicos poderiam ser distribuídos em lote, uma vez que os funcionários passassem de determinado nível de qualificação, tal como fora feito na época do Imperador Wanli (Huang, 1981, p. 76). Mas é tarde demais para recomençar. O que pode ser feito é reduzir o ímpeto anticorrupção. O próprio Wang Qishan declarou que tal esforço necessitará se deslocar de um estágio inicial de dissuasão a um ponto em que a ideia de agir corruptamente seja inconcebível para os funcionários enquanto estes lidam com os seus afazeres. O próximo estágio não pode depender única e exclusivamente do temor de receber punições. Ele deve recorrer a medidas que reduzam o incentivo à corrupção, incluindo maiores salários para a burocracia e uma separação mais clara entre o poder econômico e o poder político. Também é de importância aquilo que os funcionários públicos fazem quando ninguém está olhando: a educação moral dos clássicos confucianos pode ajudar a transformar as mentalidades a longo prazo. É hora de depositar mais confiança nos burocratas e de empoderá-los para trabalharem em nome da população. Todo sistema político deve equilibrar a necessidade de restringir funcionários do governo de fazerem o que é errado e a necessidade de empoderá-los para fazerem o que é certo e a balança na China precisa se mover na direção desta última. Pode haver poucos constrangimentos ao poder dos líderes no topo, mas há muitas restrições sobre todos os que estão abaixo.

3. A Meritocracia Política como Problema, a Meritocracia Política como Solução

Quaisquer que sejam as restrições impostas sobre os líderes políticos, todavia, o sistema meritocrático não funcionará adequadamente se tais líderes vierem do mesmo contexto social. De acordo com o ideal da meritocracia, um sistema político deve almejar selecionar e promover líderes dotados de habilidades e virtudes superiores. No período dos Estados Combatentes, o mercado para talentos políticos era basicamente internacional. Os acadêmicos perambulavam de Estado em Estado com a esperança de persuadir os governantes sobre as suas qualidades superiores e assim serem escolhidos para servirem como ministros e conselheiros. Em tese, o sistema político deveria objetivar a escolha dos mais dignos (e a demissão dos indignos) independentemente do contexto de classe. Xunzi expressou esta ideia:

Promova o digno e o capaz sem se preocupar com a classe social; dispense o impróprio e o incapaz sem nenhuma hesitação... Embora possam ser descendentes de reis e duques ou de funcionários-acadêmicos e conselheiros, se eles são incapazes de observar devotadamente as exigências dos princípios ritualísticos e da justiça, devem ser relegados à posição dos cidadãos comuns. Embora eles sejam descendentes dos cidadãos

¹⁹ Li Yongzhong, da Academia Chinesa de Supervisão e Inspeção de Disciplina propôs que uma anistia fosse concedida para funcionários que se endireitassem. Zhang Weiyong, da Escola de Administração Guanghai concordou, argumentando que uma anistia poderia resgatar o partido.

comuns, se eles adquiriram o aprendizado, são íntegros em suas condutas e podem aderir aos princípios dos rituais, eles devem ser promovidos aos postos de primeiro ministro, acadêmico-funcionário, ou conselheiro.²⁰

Em torno do mesmo período em outra parte do mundo, Platão (em *A República*) estendeu princípios meritocráticos para dois outros grupos. Primeiramente, os mandatários também deveriam ser escolhidos de acordo com o mérito (Xunzi não estendeu a meritocracia ao posto do rei). Em segundo lugar, as mulheres também deveriam ter a oportunidade de serem soberanas. Em suma, o ideal meritocrático é o de que todos deveriam ter a mesma oportunidade para servirem como membros da hierarquia política independente do contexto social e o sistema político deveria visar à escolha dos mais hábeis e virtuosos dentre os candidatos.

Na realidade, entretanto, as hierarquias políticas tendem a se ossificar e o processo de seleção política frequentemente desperdiça o talento de setores amplos da população. Eventualmente, a lacuna entre o ideal meritocrático e a realidade enrijecida torna-se tão extensa a ponto de ameaçar a legitimidade de todo o sistema. Os debates sobre a meritocracia política tendem a reaparecer na história chinesa, com novas iterações e interpretações, precisamente quando as velhas hierarquias políticas se tornam ossificadas e o governo não consegue funcionar apropriadamente. Na mente dos críticos não é a meritocracia em si que conduz à cristalização das hierarquias políticas. Justamente o oposto: a meritocracia política, com novas interpretações e inovações práticas, é a única solução para progredir além do impasse político. Historicamente, os debates a respeito do ideal meritocrático estão centrados em torno de dois métodos de recomendação e avaliação, com enfoques diferentes em momentos distintos. Os modos mais importantes de se selecionar um funcionário público na história chinesa eram o sistema de recomendação, o sistema de nove classificações e o sistema de exames imperiais. Discutiremos estes vários métodos em ordem cronológica (aproximadamente) demonstrando como cada inovação ocorreu em resposta à percepção da ossificação das hierarquias políticas.²¹

O Sistema de recomendação

O sistema de recomendação surgiu e foi aperfeiçoado na dinastia Han (202 A.E.C. – 220 E.C.). No início desta dinastia muitos burocratas foram escolhidos para participarem da governança política devido aos seus serviços militares meritórios, semelhante à dinastia Qin, de inspiração legalista (221 A.E.C. – 202 A.E.C.). No entanto, à medida que o ambiente político se deslocou de um estado turbulento de guerra para um de paz relativa, a divisão do trabalho entre ministros e generais se tornou mais clara e houve a necessidade de uma maior quantidade dos primeiros. Consequentemente, o Imperador Wu Di de Han (157 – 87 A.E.C.) aprofundou o

²⁰ Xunzi, 9.1 (ver também 9.4) [tradução modificada].

²¹ Esta seção se baseia em (Wang P., 2017, pp. 53-71).

desenvolvimento do sistema de recomendação, que se originara na época de seu avô, o Imperador Wendi de Han²². O Imperador Wu Di o denominou de “以儒取士” [yī rú qǔ shì] (selecionar acadêmicos de acordo com o critério do Confucionismo).²³ Os funcionários públicos eram selecionados de acordo com quatro critérios ou “particularidades” (四科) [sì kē]: virtude e conduta, estudo dos clássicos confucianos, regras de composição e retórica, capacidade.

Os governantes da dinastia Han se autodeclaravam diferentes dos da dinastia Qin porque eles objetivavam governar o país de acordo com “孝” [xiào] (a responsabilidade filial, ou a reverência pelos membros mais velhos da família). A mais importante das quatro particularidades é a primeira, virtude e conduta, e a parte mais importante da conduta moral é a responsabilidade filial²⁴. Tal como afirmado no *Livro dos últimos Han*:

Han é da virtude do fogo, o fogo nasce da madeira, a madeira promove o fogo, sendo assim a virtude do fogo é a responsabilidade filial, cuja imagem no *Livro das mutações* é Li... Deste modo, o sistema da Dinastia Han ordenou que todo o país aprendesse com o *Livro da responsabilidade filial* e selecionou os componentes da burocracia por intermédio da recomendação de acordo com a responsabilidade filial e com um registro ilibado.²⁵

Tais ideias, inspiradas pelo *Livro das mutações*, podem ser vistas como justificativas metafísicas para a importância política da responsabilidade filial durante a dinastia em questão.

A responsabilidade filial se tornou gradualmente a virtude mais importante daquele período, tanto no sentido político quanto no metafísico (ou religioso). Tal como afirma o *Livro da responsabilidade filial*: “孝，始于事君，中于事君，立于身。” [xiào, shǐ yú shì jūn, zhōng yú shì jūn, zhōng yú lì shēn – A responsabilidade filial começa no serviço aos familiares, desenvolve-se no serviço ao imperador e completa-se pelo estabelecimento do seu praticante na sociedade]... “故不君，不君之” [gù dāng bù jūn, zé zhèng zhī – Quando aquele a quem você serve for injusto, argumente com ele]... “孝悌之至，通于神明，光于四海，无所不通” [xiào tì zhī zhì, tōng yú shén míng, guāng yú sì hǎi, wú suǒ bù tōng – Quando a responsabilidade filial se desenvolve ao máximo ela pode acessar os espíritos e iluminar os quatro

22 N. do T.: O autor cometeu um equívoco neste ponto no original em inglês, pois afirmou que o Imperador Wendi de Han era pai do Imperador Wu Di de Han. O pai deste último fora na verdade o Imperador Jing de Han, filho de Wendi.

23 Cf. 劳干[Lao Gan]: “汉代察举制度考” [Handai cha ju zhidu kao – Sobre o Sistema de Recomendação na Dinastia Han], 《中研院历史语言研究所集刊》 [Zhongyanyuan lishi yuyan yanjiusuo jikan – Coletânea do Instituto de História e Filologia da Academia Sínica], 第十七册 [Vol. 17].

24 A responsabilidade filial se tornou ainda mais significativa durante a dinastia Han Oriental.

25 Cf. (Fan, 2007).

mares – ela alcança todos os lugares]²⁶. A responsabilidade filial foi empregada como um referencial crítico alicerçado na ordem moral do universo para avaliar a realidade política. Ela demanda servir aos pais e ao imperador por intermédio de uma conduta reta, em contraste com o estilo legalista de obediência cega ao *status quo*. A responsabilidade também se estendia à correção das falhas dos pais e do imperador. Dito isto, a importância política da responsabilidade filial pode ser identificada a partir da realidade social da época. Muitos imperadores da dinastia Han assumiram a Corte quando ainda eram muito jovens e careciam de suas mães para ajudá-los a governar o país. Consequentemente, a responsabilidade filial tornou-se um elemento extremamente importante para justificar a obediência às mães que agiam como os governantes de fato.²⁷

Embora a responsabilidade filial tenha sido muito importante na dinastia Han, as outras três particularidades também influenciaram a seleção dos acadêmicos-burocratas. Enquanto tal responsabilidade dependia principalmente de recomendações, as outras eram mais dependentes de avaliações. As palavras “察 𠄎” [*cha ju*] se referem à recomendação através da avaliação. Os funcionários locais recomendavam um determinado número de pessoas ao governo central todo ano. A corte dava aos recomendados posições oficiais adequadas ou os funcionários e os estudantes de todos os graus de escolaridade eram submetidos a algum tipo de avaliação ou de entrevista para obterem cargos políticos.

A motivação original do sistema de recomendação era selecionar e promover os virtuosos e capazes para o serviço público, enfatizando mais o exame de suas virtudes e capacidades do que o “𠄎第” [*mendi*] (*status* familiar). Contudo, após a metade da dinastia Han Oriental (25 – 220 E.C.) as famílias mais poderosas passaram a ter o sistema de recomendação sob seu controle e a maioria dos recomendados era oriunda destas casas nobres. O sistema em questão perdera sua função inicial de selecionar e promover burocratas competentes e virtuosos e degenerara em um modo de proteção aos interesses de algumas famílias. As hierarquias políticas haviam se ossificado, os líderes governavam em prol dos interesses estabelecidos das elites e a política perdera a sua dinâmica.

O Sistema de Nove Classificações

O sistema de nove classificações surgiu nas dinastias Wei, Jin, do Sul e do Norte (220 – 581 E.C.) com o intuito de resolver o problema da ossificação (Tang, 2011; Chen, 1987; Hu B., 1988; Hu S., 2003). A corte nomeava vários recrutadores locais (中正) [*zhongzheng*] para recomendar os talentos e os homens competentes eram classificados de acordo com três critérios: status familiar, conduta moral e capacidade. Terminado este expediente, os mesmo seriam nomeados para os postos

26 Cf. (Hu P., 1996).

27 Cf. (Bai, 2013).

apropriados. A intenção original em estabelecer tal sistema era corrigir uma série de problemas levantados pelo sistema de recomendação. Como afirmado em *A história da dinastia Liu Song*: “O sistema de nove classificações objetiva classificar os homens competentes pelo mérito ao invés de pelo *status* familiar” (Shen, 1974).

Na época de sua implementação várias famílias nobres dominavam o sistema de recomendação e aqueles pertencentes às famílias mais humildes dificilmente tinham a oportunidade de serem recomendados. A reforma mais importante do sistema de nove classificações foi o empoderamento dos recrutadores locais, ao invés de famílias poderosas, com o ‘direito’ de indicar funcionários públicos. Até certo ponto, os homens de famílias humildes tinham mais oportunidades neste novo sistema do que no antigo. Infelizmente, o novo sistema de seleção também se tornou rígido. Na história intelectual da China antiga este é frequentemente criticado como um sistema de seleção retrógrado. A crítica mais famosa foi apresentada em *A história da dinastia Jin*: “Nas classificações superiores, ninguém era originário das classes mais baixas; nas classificações inferiores não havia ninguém oriundo das famílias poderosas” (Fang, 1996). De um lado, tais famílias gradualmente se apossaram dos postos de recrutadores locais, conseguindo assim controlar todo o sistema de classificação. Por outro lado, este possuía a sua própria desvantagem, pois o *status* familiar era considerado como um referencial de seleção. Ainda assim, é importante notar o contexto político da educação nas dinastias Wei e Jin. Em vista do estado de guerra constante, as pessoas estavam sempre em fuga. As escolas oficiais e particulares entraram em decadência e as famílias aristocratas preservaram sua educação familiar particular por intermédio da educação em casa ou pelos ensinamentos e pela influência da figura paterna. Consequentemente, a situação educacional destas famílias geralmente se ajustava à boa reputação das mesmas. Contudo, quando as escolas oficiais e particulares foram reavivadas, o sistema de nove classificações entrou em declínio e foi substituído pelo sistema de exames imperiais.

O Sistema de Exames Imperiais

O sistema de avaliação imperial foi fundado na dinastia Sui (581 – 618) e aperfeiçoado nas dinastias Tang (618 – 907) e Song (960 – 1279). A corte selecionava homens competentes por meio de exames imperiais independente de origens familiares e sem qualquer necessidade de referências ou recomendações. Como consequência, o monopólio das famílias aristocráticas sobre a seleção de quadros competentes foi quase que inteiramente quebrado, refletindo assim um espírito de equidade. Tal sistema foi substancialmente aprimorado na dinastia Song. Mas alguns pensadores confucianos criticaram a motivação dos eruditos que desejavam passar pelos exames. Se os acadêmicos perdessem o seu comprometimento original com a retidão e a verdade e, ao contrário, fizessem as provas como uma forma vantajosa de obter fama e satisfazer interesses materiais, aqueles que fossem selecionados como

burocratas seriam inteiramente desprovidos de virtude. Isso levou tais pensadores a argumentar em prol da reforma do sistema de avaliação imperial. Zhu Xi (1130 – 1200), por exemplo, escreveu para o imperador sugerindo o estabelecimento de uma disciplina separada denominada “德行” [*dexing*] (virtude e conduta moral) e pela abolição da disciplina chamada “ Γ ” [*cifu*] (composição e retórica) (Li, 2011). A disciplina da “virtude e conduta moral” seria diferente das outras disciplinas postas em exame como “ Γ , 子, 史, Γ ” [*jing, zi, shi, shiwu*] (“clássicos confucianos, escritos filosóficos, história e temas contemporâneos”). Ela empregaria recomendações para selecionar funcionários virtuosos e foi concebida para servir como complemento para as demais disciplinas. Para Zhu Xi, a recomendação era um suplemento necessário para o sistema de avaliação imperial, cumprindo ainda a função de lembrete aos acadêmicos a respeito da importância da virtude e da conduta moral.

Os professores de Zhu Xi eram ainda mais radicais. Cheng Hao (1032 – 1085) e Cheng Yi (1033 – 1107), conhecidos como “os dois Cheng”, se opunham completamente ao sistema de exames imperiais (Pan, F.; Xu, 1987). Para eles os exames não podiam testar a virtude e não eram nem eficientes e nem politicamente práticos.²⁸ De um lado havia poucos funcionários selecionados por intermédio das avaliações e, conseqüentemente, uma insuficiência quantitativa dos quadros para compor o corpo governamental; por outro, as pessoas selecionadas pelos exames iriam apenas “博 Γ 强 Γ ” [*bowen-qiangji*] (“ter conhecimento enciclopédico”) e careceriam de habilidades práticas para lidar com a política. Por estas razões, eles sugeriram a substituição completa do sistema de exames pela recomendação. Primeiramente, os membros mais velhos dos condados e os estudantes do Colégio Imperial poderiam recomendar alguns candidatos. Em seguida, a corte os inspecionaria, avaliaria suas habilidades como acadêmicos eruditos e os nomearia como funcionários provisórios a fim de analisar suas capacidades políticas. Por fim, a corte classificaria os acadêmicos por meio de um debate. Após todos estes procedimentos, ela poderia nomear oficialmente cada um dos selecionados para um posto apropriado. De acordo com este princípio, mais talentos poderiam ser selecionados pelo sistema de recomendação concebido pelos dois Cheng ao mesmo tempo em que também se evitava a seleção daqueles que não eram nem virtuosos e nem capazes. A inovação mais importante era a de que a corte poderia selecionar os acadêmicos politicamente competentes através de julgamentos políticos de fato. As sugestões dos dois Cheng não foram adotadas em sua época, mas foram implementadas até certo ponto em dinastias posteriores e o princípio de avaliações de desempenho nos níveis inferiores de governo ainda norteia a meritocracia política na China contemporânea.

Em resumo, as críticas sociais contra o sistema de recomendação baseavam-se no argumento de que o mesmo não era capaz de fornecer oportunidades iguais

28 Todavia, para um argumento empiricamente baseado de que os exames na Dinastia Tang eram de fato bem sucedidos em testar a virtude, cf. (Yeung, 2018).

aos candidatos desprovidos de bases familiares poderosas e, ao mesmo tempo, colocavam-se contra o sistema de examinação, pois este não podia testar virtudes ou habilidades políticas práticas. Estes debates sobre os problemas da meritocracia realmente existente ocorreram precisamente quando as hierarquias políticas se tornaram ossificadas e houve a necessidade tanto de um novo pensamento sobre a meritocracia política quanto de inovações projetadas para fechar a lacuna entre o ideal meritocrático e a realidade. A meritocracia política era tanto o problema quanto a cura.²⁹ De fato, debates contemporâneos a seu respeito aparecem em contraponto a um contexto semelhante. Por um lado, o fosso entre ricos e pobres explodiu durante as quatro décadas de reformas econômicas, com a consequência de que candidatos oriundos de famílias ricas e politicamente poderosas possuem vantagens injustas na competição meritocrática pelo poder político. O fato de que quase todos os líderes do alto escalão são homens expõe ainda mais a lacuna entre o ideal e a realidade da meritocracia política. E a questão da corrupção ameaça solapar a legitimidade moral dos funcionários públicos que logram ser aprovados pelo sistema. Tal como no passado, os críticos na China argumentam que a solução não é abandonar o ideal da meritocracia política, mas, ao invés, propor inovações pensadas para reduzir a distância entre o ideal e a realidade. A diferença desta vez, no entanto, é que a meritocracia política, mesmo em sua forma ótima, não é o suficiente para legitimar todo o sistema político. O valor da democracia é amplamente advogado tanto pelo governo chinês quanto pelos seus críticos e ninguém discute a possibilidade de estabelecer uma comunidade política puramente meritocrática nos dias de hoje. Seria difícil persuadir a população de que ela deveria ser totalmente excluída do poder político. O próprio Platão reconheceu (em *A República*) a necessidade de propagar uma “mentira nobre” de que os Guardiões mereciam o poder absoluto, dado que possuíam ouro em suas almas, diferente de todos os demais. Regimes como a Coreia do Norte podem propagar tais mitos a respeito do *status* quase divino de seus líderes, pois eles estão fechados para o resto do mundo, mas nenhuma sociedade moderna aberta pode se safar com esse tipo de estratégia. Em resumo, é difícil imaginar um governo moderno, no presente, que possa ser visto como legítimo aos olhos do povo, sem alguma forma de democracia. A questão, então, é como introduzir um elemento de democracia no sistema político. No contexto chinês, o desafio especial é como legitimar um sistema político hierárquico sustentado pelo princípio da meritocracia política para a maioria das pessoas que estão formalmente excluídas do poder político. Com 90 milhões de membros, o Partido Comunista Chinês é a maior organização política do mundo, mas ainda é composto por uma pequena fração dos 1,4 bilhão de habitantes da China.

29 Mais precisamente, uma forma distorcida de meritocracia política tornou-se uma hierarquia política injusta, que necessitou ser remediada por uma nova interpretação e institucionalização da meritocracia política.

4. Justificando um Sistema Político Hierárquico para aqueles que estão fora do Sistema

A justificativa chave para o mandato político é que os governantes servem ao povo. Mas quem decide se a população está sendo servida? Na tradição confuciana, ao contrário da percepção comum, o povo possui uma função importante. Tal como explica Joseph Chan:

[...] os Confucianos não estão interessados na autoridade meramente como uma instituição justificada externamente por certas razões objetivas tal qual a promoção do bem-estar das pessoas. A autoridade é também um tipo de *relação* ou *laço* entre o líder e o comandado (ou, em termos contemporâneos, entre os que governam e os que são governados). O que traz autoridade de fato à relação não é somente a capacidade do governante em proteger e promover o bem-estar do povo, mas a aceitação de bom grado do seu governo pelas pessoas (CHAN, 2014, p. 36).

O próprio Confúcio afirmava a importância de ganhar o coração da população (20.1) e ganhar, de boa vontade, a obediência do povo é um tema recorrente na tradição confuciana. Su Dongpo, pensador e político da Dinastia Song (960 – 1279 E.C.), expõe o outro lado da moeda em seu conselho ao Imperador Shenzong:

Aquele que é capaz de comandar o apoio de milhões torna-se rei, enquanto aquele que aliena tal apoio torna-se um indivíduo solitário [*du fu*]. A base [da autoridade] do governante [*ren zhu*] reside, portanto, inteiramente no apoio que as pessoas carregam em seus corações... E quando um imperador perde este apoio popular, isto pressagia a sua ruína (ibid., p. 37).

Em suma, a legitimidade do comando político é baseada tanto na ideia (objetiva) de que o governante promove o bem-estar geral, quanto na ideia (subjetiva) de que o povo aceita voluntariamente a autoridade do governante. Sem a anuência da população, o governo do mandatário e todo o sistema político estariam sob o risco de um colapso. Mas como podemos saber que as pessoas aceitam a autoridade do governante? A resposta nas democracias eleitorais modernas, logicamente, é que a conquista do apoio popular por meio de eleições livres, competitivas e justas consiste no caminho para mensurar a aceitação voluntária do povo. Como previamente argumentado (seção 1), todavia, eleições competitivas no topo da hierarquia política arruinariam as vantagens do sistema meritocrático. E não importa o que pensemos dos argumentos normativos favoráveis e contrários às eleições, podemos supor com segurança que o sistema político chinês não se tratará da seleção dos seus líderes máximos por intermédio de eleições livres, competitivas e justas em um futuro previsível.

Voltamos, então, para a questão de como assegurar o endosso popular a um sistema político hierárquico sem eleições democráticas. No caso da China, o Partido Comunista Chinês serve-se de três fontes de legitimidade: nacionalismo,

legitimidade pela via do desempenho e meritocracia política (Bell, 2015, c. 3, s. 3, para uma discussão mais extensa). Embora todas as três tenham sido importantes em diferentes momentos até certo ponto, talvez a mais sólida na era das reformas tenha sido a legitimidade advinda do desempenho na forma de crescimento econômico. Ao longo das últimas quatro décadas houve um consenso difundido de que o governo deveria se esforçar por altas taxas de crescimento, pois este era visto como a chave para a redução da pobreza. Deste modo, funcionários públicos poderiam ser promovidos acima de tudo com base em seu desempenho econômico, sem muita controvérsia.

Na presente data, contudo, os problemas são muito mais diversos, com alguns diretamente atribuíveis à ênfase desequilibrada no crescimento econômico: poluição desenfreada, um enorme fosso entre ricos e pobres, estado de bem-estar social precário e uma explosão da dívida pública, sem mencionar a corrupção generalizada. No futuro, o governo perderá apoio se não lidar com estas questões, quaisquer que sejam as taxas de crescimento da economia. Neste ponto, as coisas tornam-se mais complicadas para um sistema político que se orgulha dos mecanismos meritocráticos para a seleção e promoção dos líderes. O corpo burocrático deveria ser avaliado de acordo com sua habilidade de entregar expansão econômica, de aprimorar o estado de bem-estar social, de reduzir a corrupção, de proteger o meio ambiente, de reduzir a distância entre ricos e pobres, de reduzir a dívida do governo, ou de alcançar alguma combinação destas metas? É impossível resolver estes problemas de modo não controverso e certamente haverá um grande número de ganhadores e perdedores, não importa qual seja a decisão. Consequentemente, o governo precisa de uma maior contribuição popular, não apenas para ajudar a decidir sobre as prioridades, mas também para acalmar os ânimos quando grandes porções do eleitorado estiverem descontentes com determinadas políticas. De forma mais geral, à medida que o país se moderniza haverá maiores demandas por participação política por parte das pessoas.³⁰

Em resumo, a democracia é necessária para salvar a meritocracia política na China. A repressão ao estilo legalista pode funcionar a curto prazo, mas é preciso haver mais deliberação e participação a longo prazo. Já há certo grau de consulta no sistema político – por exemplo, levou nove anos para que a lei sobre propriedade passasse no Congresso Nacional do Povo, após rodadas quase intermináveis de aconselhamento especializado e debates públicos³¹ – mas os leigos precisarão argumentar sobre o que funciona em uma ampla gama de domínios e sua fala deve ter maior peso do que possui atualmente. Tal abertura é necessária não

30 A necessidade de uma hierarquia mais participativa não é exclusiva do sistema político chinês: Terence Nichols argumenta que a Igreja Católica Romana também precisa adotar esta forma de hierarquia (Nichols, 2000, pp. 16-8).

31 Cf. <http://www.china.org.cn/english/2007lh/203173.htm>.

somente para melhorar a tomada de decisão, mas também para difundir o senso de responsabilidade em relação a tal processo. Isto acarretará uma maior liberdade de fala e associação e mais mecanismos de consulta e deliberação, dentro e fora do partido, bem como mecanismos de transparência para remover funcionários públicos que possuam um desempenho ruim. Todas as inovações de sociedades democráticas modernas, como a seleção aleatória, as eleições, as audiências públicas abertas, as votações deliberativas e os referendos em assuntos centrais, poderiam auxiliar na estabilização do sistema político. E o estabelecimento mais firme do Estado de direito é necessário para proteger os direitos humanos básicos.³²

Mesmo com maior participação e deliberação nos níveis inferiores do governo, entretanto, será um desafio legitimar o sistema político para aqueles que se encontram fora da estrutura de poder, especialmente para os cidadãos que procuram fazer a diferença na sociedade chinesa sem adentrarem nos processos oficiais de seleção e promoção destinados aos líderes políticos. Eleições competitivas no topo podem dar a esperança (ou a ilusão) para todos os cidadãos de que eles podem participar do poder político, mas esta opção não está aberta para um sistema político fundamentado pelo ideal da meritocracia política.³³ O que podemos fazer então para expandir as oportunidades políticas para a vasta maioria dos cidadãos? A tradição confuciana, é preciso reconhecer, pode não ter muito a oferecer a este respeito. Como colocado por Zhang Yongle, a educação confuciana enfatiza a virtude “de modo a manter um senso entre as pessoas de que a carreira política requer talentos especiais e treinamento e que talvez só sirva para uma minoria”³⁴. Todavia, há além disso uma

32 Isto não significa que a China deveria adotar formas de proteger os direitos individuais típicas de sociedades litigiosas como os Estados Unidos: Joseph Chan tem argumentado que a ética confuciana, vastamente difundida na China, justifica maior confiança em mecanismos informais, tais como a mediação concebida para restaurar (ou não piorar) relações harmoniosas, com os direitos na condição de um aparato de reserva para quando os outros mecanismos falharem (Chan, 1999).

33 No *The China Model*, Daniel Bell propõe a ideia de um referendo sobre a “meritocracia democrática vertical”, que seria uma forma explícita de consentimento por parte da população. Esta proposta pressupõe que o eleitorado tende a ser excepcionalmente bem informado, quando vota em referendos sobre temas constitucionais de maior importância, se comparado aos padrões de votação em eleições democráticas regulares, como aparenta ter sido o caso com os dois referendos sobre a questão da independência de Quebec. De lá para cá, contudo, o Brexit sacudiu a fé do autor em referendos. Se o eleitorado na democracia mais madura do mundo é capaz de votar de forma menos do que racional – a real interação com europeus migrantes no Reino Unido inversamente correlacionada com votos a favor do Brexit –, por que deveríamos esperar que eleitores mais sensíveis em um país relativamente pobre sem uma longa história de democracia fizessem melhor? De modo que, se houver um referendo sobre a meritocracia democrática vertical na China, talvez este devesse vir acompanhado de checagens meritocráticas, tais como um simples teste de múltipla escolha sobre opções políticas determinado por especialistas independentes. De qualquer forma, esta proposta para um referendo pode ser exagerada no contexto chinês contemporâneo (Bell, 2015).

34 Esta seção se baseia em (Zhang, 2018).

necessidade de afirmar a ideia de que “a pessoa mediana também pode participar dos assuntos públicos no nível de base e até mesmo obter conquistas excepcionais e alcançar o reconhecimento do Estado” (Zhang, 2018). Zhang argumenta que a tradição maoista oferece percepções políticas neste sentido. A revolução chinesa, inspirada pelo pensamento de Mao Zedong, gerou a possibilidade de que pessoas comuns alcançassem reconhecimento por parte do Estado. De um lado, havia uma visão menos intelectual do que constituía o mérito político:

[...] aqueles que eram selecionados como trabalhadores modelo frequentemente eram capazes de usar a oportunidade para entrar na arena política, o que ajudava a forjar a crença comum de que empregos ordinários podiam oferecer contribuições valiosas para a sociedade e até mesmo a possibilidade de ser transferido para uma posição de liderança (Zhang, 2018).

Na época de Mao, contudo, a valorização dos trabalhadores vinha acompanhada de uma forma radical de anti-intelectualismo. Atualmente, o desafio é valorizar as diferentes formas de mérito político sem críticas radicais às que não se encaixam naquelas valorizadas pelo Estado (e sem violência direcionada às pessoas de contextos de classe ‘ruins’).

De acordo com Zhang, o maior recurso para manter a legitimidade é a “linha de massa”, que se originou na era revolucionária:

A linha de massa, o termo do Partido para a política direcionada ao cultivo de contatos com as pessoas comuns, enfatizava a ideia de vir das massas e de participar das massas. Ela representa a oposição à ideia de que uma minoria ou uma elite deveria ser capaz de praticar políticas de cima para baixo. Ao invés, ela argumenta que a compreensão da verdade é um processo que está sendo constantemente revisado pela prática coletiva e que o contato próximo com as massas é necessário para alcançar um quadro mais realista da situação do país, que por sua vez é fundamental para a formulação das linhas do partido e das políticas corretas... Para colocar em prática tal conceito é necessário “encontrar as massas.” Isto requer não apenas quadros para estarem em contato com as pessoas, mas requer também um determinado nível de organização da parte da sociedade de base, de modo a criar conexões entre a base, os que concebem as políticas e o ramo executivo, o que auxilia os políticos a se tornarem mais receptivos à sociedade de base. Um sistema de governo que é altamente receptivo ao povo muito provavelmente irá conquistar o seu apoio (Zhang, 2018).

O argumento de Zhang é instigante. A linha de massa colocada em prática consiste em um modo de assegurar a legitimidade generalizada para o sistema político sem um sistema de eleições competitivas. Na atualidade, é encorajador que funcionários públicos promissores na China precisem tipicamente gastar temporadas em regiões rurais pobres para ajudar a sensibilizar os quadros sobre

as necessidades dos membros da comunidade em piores condições³⁵. Dito isso, pode ser necessário democratizar ainda mais a linha de massa. Uma proposta é empregar a seleção aleatória como um método para distribuir os quadros para as comunidades locais,³⁶ o que pode evitar a corrupção e o favoritismo. Há também a necessidade de aumentar as oportunidades para a auto-organização no nível de base.

Talvez o problema mais profundo com a tradição confuciana, contudo, seja o pressuposto de que a melhor forma de vida envolve servir à comunidade política. Em sociedades com uma herança confuciana, parece provável que os líderes políticos continuarão a possuir o mais alto *status* social e aqueles sem poder político poderão se sentir como se não fossem (igualmente) importantes. Surge assim a necessidade de afirmar o valor social das formas de vida ‘não políticas’. Neste ponto, podemos buscar inspiração na crítica daoista à meritocracia política do período Pré-Qin³⁷. Laozi, o originador do pensamento daoista, apresentou de modo franco a ideia de não valorizar ou empregar os virtuosos:

[...] não valorizar e não empregar homens de habilidades superiores é o caminho para manter as pessoas distantes das rivalidades entre si; não valorizar artigos que são difíceis de obter é o caminho para impedi-las de se tornarem ladrões; não lhes mostrar o que provavelmente excitará os seus desejos é o caminho para proteger suas mentes da desordem (Cao, 2018).

A ideia básica é a de que qualquer tipo de sociedade competitiva – incluindo a sociedade que encoraja a competição de acordo com uma concepção de mérito político – tornará as pessoas, especialmente os ‘perdedores’, invejosos e miseráveis, sendo melhor desencorajar qualquer forma de competição e desejo por uma vida melhor. Consequentemente, “o sábio, no exercício do governo [...] tenta constantemente manter as pessoas sem conhecimento e sem desejo e onde há aqueles que possuem conhecimento, tenta impedi-los de agir com base nele” (Cao, 2018). O governante deve limitar a política conduzida por sentimentos competitivos e pela ambição, o que significa não empregar o sábio e o virtuoso.

Na mesma linha, Zhuangzi desencorajava o uso do sábio e do virtuoso. Ele compartilhava da visão de Laozi de que “elevar os dignos” conduziria a uma sociedade

35 Na Revolução Cultural, milhões de habitantes educados das cidades tiveram que gastar extensos períodos de tempo no interior para serem ‘educados’ por camponeses. Foi uma experiência miserável para muitos intelectuais (especialmente porque eles não possuíam indicação de quando poderiam retornar às cidades), mas teve como consequência positiva o fato de que os funcionários públicos no comando do período inicial da reforma econômica tinham experiência com o interior e uma boa percepção das necessidades dos camponeses (agradecemos a Wang Hui por esta noção). Nos anos mais recentes, os quadros perderam o contato com as pessoas comuns e se tornaram mais propensos a implementar políticas insensíveis às necessidades delas.

36 Wang Shaoguang apresentou esta proposta em um debate (com Yves Sortimer) sobre a seleção aleatória, ocorrido na Universidade de Shandong, em 27 de Abril de 2018.

37 Esta seção se vale de (Cao, 2018).

competitiva e caótica: “se se eleva os homens de talento ao serviço público, criar-se-á a desordem; fazendo as pessoas lutarem umas com as outras por promoções; ao se empregar homens por conta de sua sabedoria, as pessoas roubarão umas às outras” (Cao, 2018). Zhuangzi vai além ao lançar dúvidas sobre toda a ideia de distinção entre os que são mais ou menos merecedores. Todos possuem talentos limitados e perspectivas enviesadas:

[...] ninguém logrou cobrir ou estender toda a gama da verdade... há um limite para as nossas vidas, mas não existem limites para o conhecimento. Perseguir o que é ilimitado por meio do que é limitado é algo perigoso; e quando, mesmo sabendo disso, ainda procuramos aumentar nosso conhecimento, o perigo não pode ser evitado (Cao, 2018).

Os humanos podem habitar somente em lugares específicos, ocupar uma situação específica, obter conhecimento limitado e, ainda assim, eles frequentemente tomam a sua própria visão como toda a verdade e argumentam sem fim a partir e em prol da sua perspectiva limitada: “É por conta disso que há a discórdia entre confucianos e moístas, um lado afirmando o que o outro nega e vice-versa” (Cao, 2018). E não importa o quão brilhante seja um sábio, ele não é capaz de evitar se emaranhar em conexões sociais e tramas políticas que conduzam ao desastre: “Long-feng foi decapitado; Bi-gan teve seu coração arrancado; Chang Hong foi estripado; e Zi-xu foi esmagado. Não importa o quão dignos estes homens tenham sido, eles não escaparam de mortes terríveis”. Logo, a solução é abandonar a ideia de procurar pela sabedoria: “na era da virtude perfeita, não se atribuía valor algum à sabedoria e nem se empregavam homens habilidosos” (Cao, 2018).

A tradição Lao-Zhuang pode parecer extrema em seu anti-intelectualismo, mas ela nos lembra das nossas perspectivas necessariamente limitadas e da necessidade de desconfiar daqueles que arrogantemente afirmam ter acesso a toda a verdade e reivindicam a sua efetividade política. A solução não é abandonar a ideia de que algumas perspectivas são melhores do que as outras – mesmo Zhuangzi concordaria que aqueles que estão cientes de suas limitações são superiores aos que não possuem tal ciência. Nem é a solução abandonar o objetivo político de selecionar e promover os que possuem talento e virtude acima da média. O que precisa ser feito é empregar funcionários públicos com diversos talentos e diferentes perspectivas para ajudar a corrigir as inescapáveis limitações de perspectiva de cada pessoa. Cao Feng demonstra como a tradição Huang-Lao se baseou em percepções daoistas por razões políticas:

Por ser uma ideologia política, o pensamento Huang-Lao teve de utilizar os talentosos e os virtuosos para fins de implementação e execução e, portanto, não pode suspeitar e rejeitar incondicionalmente os talentosos e os virtuosos como fora

feito pela tradição Lao-Zhuang, muito menos considerá-los como iniciadores de tumultos. Pelo contrário, por que os sábios eram necessários, quais os tipos de sábios eram requisitados e como fazer uso deles eram elementos importantes do pensamento político de Huang-Lao (Cao, 2018).

A tradição Lao-Zhuang enfatizava que o monarca deve reconhecer sua incapacidade para fazer tudo sozinho, conseqüentemente necessitando empregar funcionários públicos com talentos superiores. Mesmo o mais sábio dos sábios possui perspectivas e conhecimentos limitados e necessita de assistência suplementar (e também de críticas): “visto que a sabedoria e os talentos do governante não são suficientes para difundir o seu esplendor pelas terras e mares, ele está cercado de ministros elevados que o assistem”. Para permitir que a burocracia floresça e faça contribuições, o monarca deve praticar a inação: “se o governante está apto a renunciar a sua própria sabedoria, talento e conquistas, ele será capaz de trazer à tona a sabedoria, o talento e as conquistas do seu povo” (Cao, 2018). Dadas às inevitáveis limitações de conhecimento e perspectivas, o monarca deve se esforçar para empregar diferentes tipos de funcionários públicos com diferentes histórias e habilidades distintas:

[diferentes] tipos de homens possuem caracteres opostos, contudo, os sábios ainda são capazes de usá-los de modo tolerante... Se proteger somente um canto significa abandonar o resto do mundo e selecionar uma espécie significa desistir de todos os outros seres, certamente muito pouco será alcançado: o alcance de uma administração como esta será inquestionavelmente muito restrito (Cao, 2018).

Em suma, o monarca deveria estar atento às suas limitações e fazer uso abrangente dos funcionários públicos com histórias e talentos distintos.

Em um sistema político regido por um monarca, a escola de pensamento Huang-Lao aconselharia a evitar um culto à personalidade que o apresentasse como infinitamente sábio e benevolente. Mantendo iguais todas as outras coisas, um sistema de liderança coletiva seria melhor para garantir que diversas perspectivas pudessem basear o processo de construção de políticas nos altos escalões. Em um país de grandes dimensões como a China, a liderança coletiva no topo da hierarquia também precisaria do apoio de uma burocracia extensa nos diferentes níveis de governo composta por uma variada gama de funcionários públicos oriundos dos mais diversos contextos e dotados de talentos variados. Mas mesmo este tipo de sistema não mitigaria totalmente as preocupações daoistas sobre o lado negativo da meritocracia política: no mundo moderno, mesmo uma meritocracia política funcionando em ótimo estado que selecionasse e promovesse burocratas com diversos talentos e históricos necessitaria do apoio de um sistema educacional ultracompetitivo que objetivasse identificar e educar aqueles com

habilidades e talentos acima da média. O *ethos* competitivo dominante desta sociedade conduziria a uma luta sem fim pelo sucesso que causaria miséria para os ‘perdedores’ e, conseqüentemente, semearia a desordem social. Estas preocupações daoistas seriam ainda mais exacerbadas em um sistema econômico capitalista que premia companhias que são bem sucedidas em inventar novas necessidades e desejos para os consumidores que nunca estão satisfeitos com o *status quo*.

O que pode ser feito, então, para atenuar os efeitos sociais deletérios da meritocracia política na era moderna? Talvez a melhor forma seja enfatizar que a atuação como funcionário público profissional não é o único caminho para levar uma vida significativa. Isto implica na atribuição de maior valor social (e material) para as formas ‘não políticas’ de se conduzir a vida que contribuem para o bem-estar social, tais quais os camponeses, os cuidadores de famílias e os trabalhadores manuais. Isto também significa permitir a existência de mecanismos que lancem dúvida sobre todo o sistema meritocrático sem, contudo, realmente ameaçar o sistema inteiro. Talvez o desenvolvimento social mais fascinante na China contemporânea tenha sido a rápida difusão daquilo que podemos denominar de “cultura do bonitinho”: uma afirmação pública de animais, robôs e *emojis* bonitos, ditos fofos, que constitui as interações sociais cotidianas. Esta tendência teve o seu início no Japão dos anos 1970³⁸ – quando o país era, em grande parte, governado por uma meritocracia meritocraticamente selecionada a partir de um sistema educacional ultracompetitivo. Foi encabeçada por garotas adolescentes e, eventualmente, disseminou-se para outros setores da sociedade. Ao longo da última década, esta cultura se espalhou para a China quase que como um fogo incontrolável. As ruas das cidades chinesas estão repletas de cães e gatos ridiculamente graciosos e o uso de *emojis* bonitinhos é quase obrigatório para a comunicação nas mídias sociais, mesmo em ocasiões oficiais como diálogos entre administradores de universidades.³⁹

É importante perguntar por que esta cultura do que é gracioso fincou raízes sociais tão rápida e profundamente na China. Uma explicação é que ela ajuda na competição meritocrática: observar imagens bonitas promove um comportamento cuidadoso e canaliza o foco da atenção, com benefícios potenciais para o aprendizado e para o trabalho de escritório⁴⁰. Mas a razão mais profunda pode ser tanto perturbadora quanto encorajadora para os defensores da meritocracia

38 Cf. <http://bigthink.com/paul-ratner/why-do-the-japanese-love-cute-things>

39 Isto não foi dito como uma crítica. Um dos problemas com *emails* tradicionais é que as mensagens não comportam emoções e, conseqüentemente, podem ser facilmente mal compreendidas. Mas agora podemos adicionar um rosto sorridente ou outros símbolos para sentimentos de forma a transmitir as emoções que intencionamos incluir em nossas mensagens, o que reduz o risco de mal-entendidos.

40 Cf. <http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0046362>. [Agradecemos a Julien Bell por ter enviado este estudo].

política. De um lado, esta cultura representa uma espécie de rebelião contra todo o sistema: ao invés de afirmar o valor de burocratas (na maioria homens), que trabalham dura e tediosamente e que servem ao bem público, ela afirma o valor de formas de vida lúdicas e ligeiramente autoindulgentes. Por outro lado, ela reduz o desejo de se juntar à corrida ao topo, o que ajuda a acalmar os ‘perdedores’ no âmbito da meritocracia política e, conseqüentemente, estabilizar o sistema meritocrático.⁴¹

Para resumir: se a tarefa é legitimar a meritocracia política hierárquica em uma sociedade moderna que valoriza igual importância social e igual participação na política por parte das pessoas comuns, podemos aprender muito não somente com os confucianos e os democratas liberais, mas também com os maoístas e os daoístas. Mais especificamente: tanto as ideias maoístas quanto as daoístas podem assistir na promoção da legitimidade do sistema entre aqueles deixados de fora das hierarquias de poder oficiais nas meritocracias políticas sem a válvula de segurança da competição eleitoral para os postos políticos dos níveis mais altos. A linha de massa maoísta pode ajudar a prover avenidas para a participação de base na política e tornar as elites mais sensíveis às necessidades da população. O ceticismo ao estilo daoísta sobre o quão desejável é todo o sistema meritocrático pode auxiliar a legitimar caminhos alternativos para modos de vida tais como a cultura do gracioso, que confere significado às vidas daqueles que são deixados de fora das hierarquias políticas.

No final das contas, todavia, somos deixados com várias ironias. Os confucianos argumentam que a melhor vida envolve uma vida de serviço à comunidade política, mas o único modo de justificar a hierarquia política inspirada no Confucionismo, na atualidade, é por intermédio da organização de um sistema político que não valoriza o serviço público como a mais alta forma de vida. Também pode haver trocas entre os diferentes caminhos de se lidar com os principais desafios da meritocracia política. Medidas duras ao estilo legalista para enfrentar a corrupção podem ser mais eficazes a curto prazo, mas elas podem ossificar ainda mais as hierarquias políticas (visto que as inovações são desencorajadas e a burocracia se torna cautelosa e conservadora) e levar a uma sociedade ainda mais fechada (pois os líderes se preocupam com a reação de sua crescente lista de inimigos). A longo prazo, uma mistura prudente e criteriosa do poder brando confuciano combinado com uma abertura democrática, da linha de massa maoísta e do ceticismo daoísta sobre todo o sistema político será necessária para revigorar a meritocracia política na China. O que não irá mudar, entretanto, é a necessidade de identificar e selecionar

41 Se a cultura do bonitinho é (ao menos parcialmente) uma reação contra um sistema político meritocrático ultracompetitivo sustentado por um sistema educacional ultracompetitivo, pode-se esperar que ela não tenha impacto social substancial em sociedades mais descontraídas e menos competitivas. Esta hipótese está baseada no fato de que a cultura do que é gracioso tem tido pouco impacto social nos países mais felizes do mundo, como a Noruega e a Dinamarca.

funcionários públicos com habilidades acima da média e uma vontade de servir a comunidade política acima dos seus interesses particulares e dos de suas famílias. Este ideal remonta à China de mais de dois milênios atrás e continuará a nortear o sistema político pelo futuro previsível.

Referências Bibliográficas

- ADEN, C. H.; BARTELS, L. M. 2016. *Democracy for Realists: Why Elections Do Not Produce Responsive Government*. Princeton: Princeton University Press.
- 白效咏 [BAI, X]. 2013. “易「「「政治初探” [Yixue yu Donghan zhengzhi chutan – Sobre a relação entre o estudo do Livro das mutações e a política na dinastia Han Oriental]. Hangzhou: 《浙江「刊》 [Zhejiang xuekan – Periódico de Estudos de Zhejiang], 第1期 [nº 1].
- BBC. 2018. “China’s anti-corruption campaign expands with new agency”. In: *BBC News*, 20 de março. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-china-43453769>
- BELL, D. 2015. *The China Model: Political Meritocracy and the Limits of Democracy*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 2017a. “China’s Corruption Clampdown Risks Policy Paralysis”. In: *Financial Times*, 02 de maio.
- _____. 2017b. “Why China guards its selection secrets so jealously”. In: *Financial Times*, 30 de outubro.
- BENN, C. 2002. *China’s Golden Age: Everyday Life in the Tang Dynasty*. Oxford: Oxford University Press.
- BRENNAN, J. 2011. *The Ethics of Voting*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. 2017. *Against Democracy*. Princeton: Princeton University Press.
- CAO, F. 2018. *Pre-Qin Daoist Reflections on the Xianneng*. Journal of Chinese Humanities. Vol. 4, nº 1, pp. 65-90.
- CAPLAN, B. 2007. *The Myth of the Rational Voter: Why Democracies Choose Bad Policies*. Princeton: Princeton University Press.
- CHAN, J. 1999. “A Confucian Perspective on Human Rights”. In: Bauer, J. R.; Bell, D. A. (eds.). *The East Asian Challenge for Human Rights*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. 2014. *Confucian Perfectionism: A Political Philosophy for Modern Times*. Princeton: Princeton University Press.
- 「琳「 [CHEN, L]. 1987. “晋九品中正制「「官制度” [Liang Jin jiupin zhongzheng zhi yu xuan guan zhidu – O sistema de nove classificações nas dinastias Jin Ocidental e Oriental], 《「史「究》 [Lishi yanjiu – Pesquisa Histórica]. Pequim: Monumenta Serica Institute, 第3期 [Nº 3].
- DINGXIN, Z. 2015. *The Confucian-Legalist State: A New Theory of Chinese History*. Oxford: Oxford University Press.
- 范「 [FAN, Y]. 2007. 《后「「荀爽列「》 [Hou Hanshu-Xun Shuang liezhuan

- O Livro dos últimos Han – Biografia de Xun Shuang]. Pequim: 中 局 [Zhonghua Book Company].
- 房玄 局 [FANG, X]. 1996. 《晋 局 第十五章》 [Jinsbu-liezhuan-dishiwu zhang – A história da dinastia Jin]. Pequim: 中 局 [Zhonghua Book Company], [c. 15].
- FERGUSON, N. 2017. *The Square and the Tower: Networks and Power, from the Freemasons to Facebook*. Nova York: Penguin Press.
- FUKUYAMA, F. 2015. *Political Order and Political Decay: From the Industrial Revolution to the Globalization of Democracy*. Nova York: Farrar, Straus and Giroux.
- GONG, T.; WU, M. 2012. “Wo guo 2000–2009 nian fubai anli yanjiu baogao: Jiyu 2800 yu ge baodao anli de fenxi” [Relatório de pesquisa sobre os casos de corrupção da China entre 2000 e 2009: uma análise empírica de 2800 casos]. In: *Shehuixue yanjiu*, 4.
- HANSEN, M. H. 1991. *The Athenian Democracy in the Age of Demosthenes: Structure, Principles, and Ideology*. Oxford: Blackwell.
- HEILMANN, S. 2008. “Policy Experimentation in China’s Economic Rise”. In: *Studies in Comparative International Development*, 43.
- 胡 局 [HU, B]. 1988. “局于九品中正制的几点意局” [Guanyu jiupin zhongzheng zhi de ji dian yijian – Alguns pontos sobre o sistema de nove classificações]. 《局史 局究》 [Lishi yanjiu – Pesquisa Histórica], 第1期 [nº 1]. Pequim: Monumenta Serica Institute.
- 胡平生 [HU, P]. 1996. 《孝 局注》 [Xiaojing yizhu – Tradução e notas sobre o Livro da responsabilidade filial]. Pequim: 中 局 [Zhonghua Book Company].
- 胡舒云 [HU, S]. 2003. “九品官人法性局辨析” [Jiupin guanren faxing zhi bianxi – A natureza do sistema de nove classificações]. Changchun: 《局北 局范大 局局》 [Dongbei shifan daxue xuebao – Jornal da Northeast Normal University], 第6期 [nº 6].
- HUANG, R. 1981. *1587 A Year of No Significance: The Ming Dynasty in Decline*. New Haven: Yale University Press.
- 局干 [LAO, G]. “局代察局制度考” [Handai cha ju zhidu kao – Sobre o Sistema de Recomendação na Dinastia Han]. Taipei: 《中 局院 局史 局言 局究所集刊》 [Zhongyanyuan lishi yuyan yanjiusuo jikan – Coletânea do Instituto de História e Filologia da Academia Sínica], 第十七局 [vol. 17].
- 李存山 [LI, C]. 2011. “朱子《局校 局私 局》述局” [Zhuzi “xuexiao gongju siyi” shuping – Sobre os comentários de Zhu Xi a respeito dos examinadores chefe na escola]. Pequim: 《中 局社 局科 局院 局研究生院 局局》 [Zhongguo shehui kexueyuan yanjiushengyuan xuebao – Jornal da Escola de Graduação da Academia Chinesa de Ciências Sociais], 第2期 [nº 2].
- LIANG, S. 2006. 《局村理局建局》 [Xiangcun lilun jianshe – A teoria da reconstrução rural]. Pequim: Shiji chubanshe. (Original publicado em 1937).

- LIU, Z. 1998. “*Wangquanzhuyi: Zhongguo sixiang wenhua de lishi dingwei*” [Monarquismo: Uma Orientação Histórica da Cultura Intelectual Chinesa]. In: *Tianjin shehui kexue*, 3.
- NICHOLS, T. 2000. “Who’s Afraid of Hierarchy? The people of God have to be organized. Here’s how”. In: *Commonwealth*, 07 de abril.
- 潘富恩、徐余 [PAN, F.; XU, Y]. 1987. “二程的人才” [*Lun er Cheng de rencai guan* – A visão dos dois Cheng sobre os talentos]. Lanzhou: 《兰州大 []》 [*Lanzhou daxue xuebao* – Jornal da Universidade de Lanzhou], 第1期 [nº 1].
- PAN, W. (ed.). 2009. 中 []模式：解 []人民共和 []的60年 [*Zhongguo moshi: jiedu renmingongheguo de 60 nian* – O modelo chinês: explicando sessenta anos da república popular]. 北京：中央 []出版社 [Pequim: Zhongyang Bianyi Chubanshe].
- PINES, Y. 2013. “Between Merit and Pedigree: Evolution of the Concept of ‘Elevating the Worthy’ in Pre-imperial China”. In: Bell, D. A.; Chenyang, L. (eds.). *The East Asian Challenge for Democracy: Political Meritocracy in a Comparative Context*. Nova York: Cambridge University Press.
- SENDER, H. 2017. “Xi’s Crackdown on Corruption Is a Boon to Corporate China”. In: *Financial Times*, 04 de abril.
- 沈 [] [SHEN, Y]. 1974. 《宋 []·列 []·卷九十四》 [*Songshu-liezhuan-juan jiushisi* – A história da dinastia Liu Song]. Pequim: 中 []局 [Zhonghua Book Company], [94º rolo].
- SHI, T. 2015. *The Cultural Logic of Politics in Mainland China and Taiwan*. Nova York: Cambridge University Press.
- SINTOMER, Y. 2018. “From Deliberative to Radical Democracy? Sortition and Politics in the Twenty-First Century”. In: *Politics and Society*, 46 (3).
- 唐 []孺 [TANG, Z]. 2011. “九品中正制度 []” [*Jiupin zhongzheng zhidu shi shi* – Sobre o sistema de nove classificações], 《魏晋南北朝史 []》 [*Wei, Jin, Nan, Bei chao shiluncong* – Coleção de tratados históricos sobre as dinastias Wei, Jin, do Sul e do Norte], 北京：中 []局 [Pequim: Zhonghua Book Company].
- XI, L.; LORENTZEN, P. 2016. “Rescuing Autocracy from Itself: China’s Anti-Corruption Campaign”. In: *SSRN*, 6 de novembro. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2835841> e <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2835841>
- WANG, H. 2017. “世 []的 []生” [*Shiji de dansheng* – O nascimento do século]. In: *Kaifeng Shidai*, 4. Disponível em: <http://www.opentimes.cn/Abstract/2365.html>
- WANG, P. 2017. “Debates on Political Meritocracy in China: A Historical Perspective”. In: *Philosophy and Public Issues (New Series)*, 7 (1).
- WANG, Q.; ZHANG, Y. 2014. “Drunken driving crashes, injuries declining”. In: *China Daily*, 10 de outubro.
- WANG, S. 2018. 《民主、共和 []抽 []：[]雅典到威尼斯》 [*Minzhu, gonghe yu chouqian: cong Yadian dao Weinisi* – Democracia, república e seleção aleatória:

- de Atenas à Veneza]. Pequim: CITIC Press.
- YAO, Y. 2010. "An Anatomy of the Chinese Selectocracy". In: *Research Gate*. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/294883730_An_Anatomy_of_the_Chinese_Selectocracy
- YEUNG, B. 2018. "Notes on Meritocracy: Insights from Tang's Civil Service Exam and Poetry". In: *Meritocracy and India Workshop*, Harvard Center Shanghai, 16-17 de maio.
- ZHANG, Y. 2018. *The Future of Meritocracy: A Discussion of Daniel Bell's The China Model*. Journal of Chinese Humanities. Vol. 4, n° 1, pp. 49-64.
- ZHENG, Y. 2010. *The Chinese Communist Party as an Organizational Emperor: Culture, Reproduction, and Transformation*. Londres: Routledge.
- ZILIOTTI, E. 2018. "The Meritocratic Challenge to Democratic Theories". Tese de doutorado. National University of Singapore and King's College, Londres.

Tradução: Eduardo Vichi Antunes

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.